

**ESCRITURA PARTICULAR DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO  
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, PARA  
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA ENERGIA PAULISTA PARTICIPAÇÕES S.A.**

Pelo presente instrumento, de um lado,

**ENERGIA PAULISTA PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações, com sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Lourenço Marques, nº 158, 1º andar, sala C, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.128.563/0001-10, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (a “Emissora”);

e, de outro lado,

**OLIVEIRA TRUST DTVM S.A.**, instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central, com sede e foro na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. das Américas nº 500, Bloco 13, Grupo 205 – Condomínio Downtown – Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001/91, representando a comunhão de debenturistas (os “Debenturistas”) subscritores ou adquirentes das debêntures objeto da presente emissão, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (o “Agente Fiduciário”);

vêm, por esta e na melhor forma de direito, firmar a presente Escritura Particular da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da espécie Subordinada, para Distribuição Pública, da Energia Paulista Participações S.A. (a “Escritura”), que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA I  
AUTORIZAÇÃO**

A presente Escritura é celebrada com base nas deliberações tomadas na Assembléia Geral Extraordinária da Emissora (a “AGE”) e na Reunião do Conselho de Administração da Emissora (a “RCA”), realizadas em 6 de julho de 2005

**CLÁUSULA II  
REQUISITOS**

A segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, nominativas, escriturais, em série única (a “Emissão” e as “Debêntures”, respectivamente), para distribuição pública (a “Oferta”), será realizada nos termos da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 (a “Instrução CVM 400”), com observância dos seguintes requisitos:



## **2.1. Registro na Comissão de Valores Mobiliários**

A Oferta será registrada na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) conforme disposto na Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, na Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (a “Lei das Sociedades por Ações”), na Instrução CVM 400, e nas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

## **2.2. Arquivamento e Publicação das Atas de AGE e RCA**

As atas da AGE e RCA foram arquivadas na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) em [•] de 2005, sob os nºs [•] e [•], respectivamente, e publicadas nos jornais Valor Econômico e Diário Oficial do Estado de São Paulo, em 7 de julho de 2005.

## **2.3. Arquivamento da Escritura**

Esta Escritura e seus eventuais aditamentos serão inscritos na JUCESP, conforme disposto no artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

## **2.4. Registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento - ANBID**

A Oferta será registrada na Associação Nacional dos Bancos de Investimento (“ANBID”) no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da concessão do respectivo registro pela CVM, nos termos do artigo 22 do Código de Auto-Regulação da ANBID para as Ofertas Públicas de Títulos e Valores Mobiliários, de 16 de janeiro de 2002 (o “Código ANBID”).

## **2.5. Registro para Colocação e Negociação**

As Debêntures serão registradas para distribuição, no mercado primário, por meio do Sistema de Distribuição de Títulos (“SDT”), administrado pela Associação Nacional das Instituições de Mercado Financeiro (“ANDIMA”) e operacionalizado pela Câmara de Custódia e Liquidação (“CETIP”).

As Debêntures serão registradas para negociação, no mercado secundário, (i) no Sistema Nacional de Debêntures (“SND”), administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP e (ii) no Sistema de Negociação Bovespa Fix (“BOVESPA FIX”), da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA (“BOVESPA”), sendo os negócios liquidados e as Debêntures custodiadas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (“CBLC”).

## **2.6. Registro da Garantia**

Uma vez implementada a condição suspensiva prevista no item 4.6. abaixo, a Garantia Real será devidamente averbada no livro de Registro de Ações Nominativas da AES Tietê S.A., sociedade por ações, com sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Lourenço Marques, nº 158, 2º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.998.609/0001-27 (a “AES Tietê”), e nos livros da instituição financeira responsável pela custódia das ações escriturais, nos termos do artigo 40 da Lei das Sociedades por Ações, conforme previsto na

Cláusula 4.6. abaixo. Cópias autenticadas das averbações retro mencionadas deverão ser encaminhadas ao Agente Fiduciário no prazo de 5 (cinco) dias após seus registros.

Adicionalmente, como condição para perfeita constituição da propriedade fiduciária em garantia aqui mencionada, a presente Escritura deverá ser devidamente registrada no competente Cartório de Registro de Títulos da cidade de São Paulo, no prazo de até 20 dias contados da data de sua assinatura.

### **CLÁUSULA III**

#### **CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**

##### **3.1. Objeto Social da Emissora**

A Emissora tem por objeto social, exclusivamente, deter participação direta no capital social da AES Tietê.

##### **3.2. Número da Emissão**

A presente Emissão constitui a segunda emissão pública de debêntures da Emissora.

##### **3.3. Valor Total da Emissão**

O valor total da Emissão é de R\$190.000.000,00 (cento e noventa milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definida no item 4.1.1. abaixo).

##### **3.4. Número de Séries**

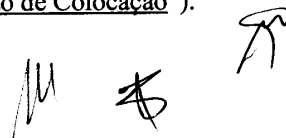
A Emissão será realizada em série única.

##### **3.5. Colocação e Procedimento de Distribuição**

3.5.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme de distribuição, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, por meio do SDT, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP, observados os termos e condições estipulados no “Contrato de Coordenação, Distribuição e Colocação Pública de Debêntures Simples em Regime de Garantia Firme da Segunda Emissão da Energia Paulista Participações S.A.”, celebrado em 12 de julho de 2005, entre a Emissora e o Banco Itaú BBA S.A. (o “Contrato de Colocação”).

3.5.2. A colocação pública das Debêntures somente terá início após a concessão do registro da Oferta pela CVM, a publicação do anúncio de início da Oferta e a disponibilização do Prospecto (conforme abaixo definido) aos investidores.

3.5.3. O prazo de colocação das Debêntures será de até 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data de publicação do anúncio de início da Oferta (o “Prazo de Colocação”).



### 3.6. Opção de Lote Suplementar

A Emissora não outorga aos Coordenadores a opção de aumentar a quantidade de Debêntures a serem distribuídas através de lote suplementar, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400.

### 3.8. Destinação dos Recursos

Os recursos obtidos pela Emissora por meio desta Emissão serão destinados exclusivamente ao pagamento das debêntures emitidas no âmbito da “Escritura Particular de Primeira Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações, com Garantia Real, da Energia Paulista Participações S.A., celebrada em 28 de março de 2001, conforme aditada, cujo vencimento final está previsto para 11 de agosto de 2005 (a “1ª Emissão de Debêntures”).

### 3.9. Certificados de Debêntures

A Emissora não emitirá certificados de debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Banco Itaú S.A., instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures e pela prestação dos serviços de banco mandatário desta Emissão (o “Banco Mandatário e Escriturador”). Adicionalmente, será reconhecido, como comprovante de titularidade das Debêntures o Relatório de Posição de Ativos, expedido pelo SND, acompanhado de extrato, em nome do Debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos quando depositados no SND e para as Debêntures depositadas na CBLC, será emitido, pela CBLC, extrato de custódia em nome do Debenturista, que igualmente será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures.

## CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

### 4.1. Características Básicas

4.1.1. Data de Emissão: Para todos os fins e efeitos, a data de emissão das Debêntures será o dia 30 de junho de 2005 (a “Data de Emissão”).

4.1.2. Valor Nominal Unitário: O valor nominal de cada Debênture será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão (o “Valor Nominal Unitário”).



4.1.3. Quantidade de Debêntures Emitidas: Serão emitidas 19.000 (dezenove mil) Debêntures.

4.1.4. Número de Séries: A Emissão será realizada em série única.

4.1.5. Conversibilidade, Tipo e Forma: Simples, não conversíveis em ações, escriturais e nominativas.

4.1.6. Espécie: As Debêntures serão da espécie subordinada.

4.1.7. Vencimento: O prazo de vencimento das Debêntures desta Emissão é de 82 (oitenta e dois) meses a contar da Data de Emissão, com vencimento final previsto para 30 de abril de 2012 (a “Data de Vencimento”).

#### 4.2. Remuneração

A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus à seguinte remuneração (“Remuneração”):

##### 4.2.1. Atualização

O Valor Nominal Unitário não será atualizado.

##### 4.2.2. Juros Remuneratórios

As Debêntures farão jus a uma remuneração que contemplará juros remuneratórios, a partir da Data de Emissão, incidentes sobre seu Valor Nominal Unitário não amortizado, e estabelecidos com base na taxa média dos Depósitos Interfinanceiros DI de um dia, “over extra grupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) e no jornal “Gazeta Mercantil”, edição nacional, ou, na falta deste, em outro jornal de grande circulação (a “Taxa DI”), acrescida exponencialmente de spread de 3,00% (três por cento) ao ano, base 252 dias úteis (o “Acréscimo sobre a Taxa DI”, sendo a Taxa DI e o Acréscimo sobre a Taxa DI, em conjunto, referidos como a “Remuneração”). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures desde a Data de Emissão, ou da data de vencimento do último Período de Capitalização (definido abaixo), conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = \{VNe \times [(FatorDI \times FatorSpread) - 1]\}$$

onde:

J = valor da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

10 A

VNe = Valor Nominal Unitário para o Primeiro Período de Capitalização, ou Valor Nominal Unitário não amortizado no caso dos demais Períodos de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator DI = produtório das taxas DI Over, na data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde:

$n_{DI}$  = número total de taxas DI Over, sendo " $n_{DI}$ " um número inteiro;

$TDI_k$  = Taxa DI Over, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento;

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{d_k}{252}} - 1,$$

onde:

$k = 1, 2, \dots, n$

$DI_k$  = Taxa DI Over divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

$dk$  = número de dia(s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da taxa DI Over, sendo " $dk$ " um número inteiro;

FatorSpread = Sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, calculado conforme fórmula abaixo:

$$FatorSpread = \left\{ \left[ \left( \frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{N}} \right]^{\frac{DP}{DT}} \right\}$$

onde:

spread = 3,00 (três).

$N = 252$ ;

$n$  = número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, sendo " $n$ " um número inteiro;

$DT$  = número de dias úteis entre o último e o próximo evento, sendo " $DT$ " um número inteiro;

$DP$  = número de dias úteis entre o último evento e a data atual, sendo " $DP$ " um número inteiro.

Observações:

- (1) O fator resultante da expressão  $(1 + TDI_k)$  é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento.
- (2) Efetua-se o produtório dos fatores diários  $(1 + TDI_k)$ , sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.
- (3) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.
- (4) O fator resultante da expressão  $(FatorDI \times FatorSpread)$  é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

Define-se “Período de Capitalização” como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento dos juros imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista para o pagamento de juros correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. Os juros correspondentes aos Períodos de Capitalização serão devidos semestralmente, todo dia 31 de outubro e 30 de abril de cada ano. O vencimento do primeiro período será em 31 de outubro de 2005 e do último em 30 de abril de 2012.

4.2.2.1. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Cláusula, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida acrescida do percentual, se houver, até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

4.2.2.2. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 5 (cinco) dias úteis contados da data esperada para sua apuração e/ou divulgação (o “Período de Ausência da Taxa DI”), ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado. A Assembleia Geral de Debenturistas será realizada no prazo máximo de 20 dias corridos contados do último dia do Período de Ausência da Taxa DI.

4.2.2.3. Caso não haja acordo sobre a nova Remuneração entre a Emissora e os Debenturistas representando no mínimo 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de 30 (trinta)



dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente.

#### **4.3. Direito de Preferência**

Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

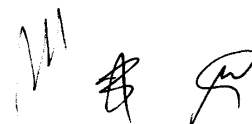
#### **4.4. Condições de Subscrição e Integralização e Condições de Pagamento**

4.4.1. Preço de Subscrição e Forma de Integralização: O preço de subscrição das Debêntures será o seu Valor Nominal unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de integralização, de acordo com o item 4.2 acima. As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional.

4.4.2. Local de Pagamento: Os pagamentos a que fizerem *jus* as Debêntures serão efetuados utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela CBLC, para as Debêntures registradas no BOVESPA FIX; ou (ii) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures registradas no SND; ou (iii) para os titulares de Debêntures desta Emissão que não estejam vinculados a esses sistemas, por meio do Banco Mandatário e Escriturador da Emissão.

4.4.3. Imunidade de Debenturistas: Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário e Escriturador, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária.

4.4.4. Amortização Programada: As Debêntures serão objeto de amortização, de acordo com o cronograma abaixo estabelecido (as “Datas de Amortização”):





DATA *	VALOR DE AMORTIZAÇÃO POR DEBÊNTURE
31/10/2005	R\$289,00
30/04/2007	R\$516,00
31/10/2007	R\$226,00
30/04/2008	R\$821,00
31/10/2008	R\$421,00
30/04/2009	R\$1.053,00
31/10/2009	R\$653,00
30/04/2010	R\$1.305,00
31/10/2010	R\$905,00
30/04/2011	R\$1.589,00
31/10/2011	R\$1.205,00
30/04/2012	R\$1.017,00

\* Não há amortização prevista para 2006

4.4.5. Prorrogação dos Prazos: Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das partes, inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição, até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, respectivamente, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP ou pela CBLC, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional.

4.4.6. Multa e Encargos Moratórios: Sem prejuízo do disposto no item 5.2. abaixo, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso serão acrescidos da respectiva remuneração aplicável às Debêntures, bem como ficarão sujeitos à multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e juros de mora calculados desde a data de inadimplemento, até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês, sobre o montante devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança.

4.4.7. Decadência dos Direitos aos Acréscimos: Sem prejuízo ao disposto no item precedente, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de juros remuneratórios e/ou encargos moratórios no período correspondente à data em que os recursos forem colocados à disposição para pagamento e a data efetiva de comparecimento do Debenturista para recebimento desses recursos, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

#### 4.5. Repactuação

As Debêntures desta Emissão não estarão sujeitas a repactuação programada.

Handwritten signatures and initials, including a large 'R' and several smaller marks.

#### 4.6. Garantia Real Sob Condição Suspensiva

4.6.1. Para fins de garantir o cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas assumidas na presente Escritura (as “Obrigações Garantidas”), a Emissora aliena fiduciariamente em garantia aos Debenturistas (a “Garantia Real”), por meio deste instrumento, em conformidade com o disposto no artigo 66-B, da Lei 4.728, de 14 de julho de 1965: (i) 8.279.468.862 (oito bilhões, duzentas e setenta e nove milhões, quatrocentas e sessenta e oito mil, oitocentas e sessenta e duas) ações preferenciais de emissão da AES Tietê, de titularidade da Emissora, equivalentes, na Data da Emissão, a 8,69% (oito vírgula sessenta e nove por cento) do capital social total da AES Tietê (as “Ações Alienadas”); (ii) todas as ações de emissão da AES Tietê que vierem a ser subscritas ou adquiridas pela Emissora, inclusive em razão de grupamentos, desdobramentos e bonificações resultantes das Ações Alienadas, até o limite de 8,69% do capital social total da AES Tietê; (iii) direitos de subscrição, preferência, opções, bônus de subscrição, debêntures conversíveis, partes beneficiárias ou outros valores mobiliários conversíveis em ações, relativos ou atribuídos à participação societária da Emissora representada pelas Ações Alienadas; (iv) todos os dividendos e juros sobre capital próprio relativos ou atribuídos às Ações Alienadas (as Ações Alienadas, bem como todas as demais ações adicionais e demais direitos referidos nos itens (ii) a (iv) acima são doravante designados, em conjunto, como os “Bens Alienados”).

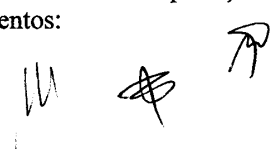
4.6.2 A Garantia Real da presente Oferta é outorgada sob condição suspensiva, nos termos do art. 125 do Código Civil, estando sua eficácia e validade condicionadas ao integral pagamento da 1ª Emissão de Debêntures pela Emissora, conforme previsto no item 3.8. acima, com a consequente liberação dos Bens Alienados, e a devida averbação da Garantia Real nos registros respectivos, de acordo com os procedimentos previstos na Cláusula 4.6.4 abaixo.

4.6.3 Decorridos 15 (quinze) dias úteis da constituição da Garantia Real, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas (“AGD”) a fim de que estes deliberem sobre a alteração da espécie das Debêntures de subordinadas para com garantia real. A deliberação prevista neste item será tomada por Debenturistas representando no mínimo, a maioria das Debêntures em circulação, em conformidade com o item 9.4.1. abaixo.

4.6.3.1 A alteração da espécie das Debêntures prevista no item 4.6.3 acima será formalizada por meio de aditivo à presente Escritura, cuja minuta deverá ser aprovada pela referida AGD.

4.6.3.2. Caso a espécie das Debêntures não seja alterada no prazo previsto acima, a Emissora estará sujeita ao vencimento antecipado de todas as obrigações relativas às Debêntures, conforme disposto na Cláusula 6.1. (q) abaixo.

4.6.4. O pagamento dos debenturistas da 1ª Emissão deverá ocorrer na data da liquidação financeira da presente Oferta, de acordo com os seguintes procedimentos:



- (a) na data da liquidação financeira da Oferta, os recursos obtidos pela Emissora deverão ser automaticamente transferidos para conta cujo controle exclusivo pertencerá ao agente fiduciário da 1ª Emissão de Debêntures, para pagamento imediato dos referidos debenturistas;
- (b) imediatamente após o pagamento de que trata o item “a” acima, o agente fiduciário 1ª Emissão de Debêntures deverá notificar a Emissora e o Agente Fiduciário da Oferta sobre a quitação das obrigações da Emissora no âmbito da 1ª Emissão de Debêntures e a liberação da garantia outorgada; e
- (c) imediatamente após o recebimento da notificação de que trata o item “b” acima, o Agente Fiduciário da Oferta deverá realizar a averbação da Garantia Real nos seus respectivos registros.

4.6.5. O Agente Fiduciário fica desde já autorizado e constituído de todos os poderes, de forma irrevogável e irretatável, para, em nome da Emissora, como seu bastante procurador, nos termos dispostos no artigo 653 e § 1º do artigo 661 da Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002, promover a averbação da alienação fiduciária das Ações Alienadas e, quando aplicável, dos demais Bens Alienados referidos no item 4.6.1. acima.

4.6.6. Para fins do previsto nesta Cláusula 4.6., a Emissora se compromete a subscrever, até o vencimento das Debêntures da presente Oferta, qualquer aumento de capital na AES Tietê necessário para preservar o percentual de 8,69% (oito vírgula sessenta e nove por cento) por ela detido no capital social total da AES Tietê.

4.6.7. Declarado o vencimento antecipado das obrigações decorrentes da Escritura e das Debêntures, nos termos pactuados nesta Escritura, todos os dividendos e juros sobre capital próprio em decorrência das Ações Alienadas deverão ser pagos pela AES Tietê diretamente ao Agente Fiduciário, em benefício dos Debenturistas, para liquidação total ou parcial das Debêntures, de forma *pro rata*. Enquanto não ocorrer qualquer um dos eventos descritos neste item 4.6.7., entretanto, a Emissora receberá normal e diretamente os recursos advindos dos pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio relativos ou atribuídos às Ações Alienadas, sendo certo que tais recursos só serão pagos diretamente ao Agente Fiduciário quando e se ocorrer ou for declarado o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.

4.6.7.1. Sem prejuízo do disposto no item 4.6.7. acima, o Agente Fiduciário poderá, ainda, vender a terceiros, a quantidade de Ações Alienadas necessária para efetuar o integral pagamento das Obrigações Garantidas, independente de leilão, hasta pública ou qualquer outra medida judicial ou extrajudicial, devendo aplicar o preço da venda em benefício dos Debenturistas, para liquidação total ou parcial das Debêntures, bem como no pagamento das despesas decorrentes da realização da garantia, preferindo esta última em benefício dos Debenturistas. As Ações Alienadas cuja venda não seja necessária para satisfazer o integral pagamento das Obrigações Garantidas, nos termos desta Cláusula 4.6.7.1., serão automaticamente liberadas da alienação fiduciária em garantia outorgada nos termos da Cláusula 4.6.1 acima.

4.6.8. A alienação fiduciária em garantia ora prevista somente será extinta mediante a satisfação integral das Obrigações Garantidas.

4.6.9. Fica desde já certo e ajustado que a liberação das Ações Alienadas, por meio de averbação nesse sentido no livro de registro de ações nominativas da AES Tietê, somente ocorrerá mediante o recebimento, pela Emissora ou pela AES Tietê, de autorização dada por escrito pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, a ser fornecida no prazo máximo de 5 (cinco) dias da data em que todas as Obrigações Garantidas forem integralmente liquidadas. Juntamente com a autorização referida no item anterior, o Agente Fiduciário deverá enviar também à Emissora, ou à AES Tietê, a respectiva declaração de quitação das Obrigações Garantidas.

#### **4.7. Comunicações**

##### **4.7.1. Publicidade**

Todos os atos e decisões que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas deverão ser, obrigatoriamente, comunicados, na forma de avisos, na edição nacional dos jornais Valor Econômico e Diário Oficial do Estado de São Paulo, bem como na página da Emissora na rede internacional de computadores - INTERNET (<http://www.energiapaulista.com.br>), exceção feita ao anúncio de início de distribuição das Debêntures e o anúncio de encerramento de distribuição das Debêntures, que apenas serão publicados na edição nacional do jornal Valor Econômico. Caso seja publicado na forma de resumo, o inteiro teor do anúncio de início de distribuição das Debêntures constará da página da Emissora na rede internacional de computadores - INTERNET, no endereço acima referido.

##### **4.7.2. Endereçamento**

Para Emissora:

**Energia Paulista Participações S.A.**

Rua Lourenço Marques, nº 158, 1º andar, sala C  
São Paulo, SP 04547-100  
At. Antônio Luiz Barros de Salles  
Telefone: (11) 2195-2304  
Fac-símile: (11) 2195- 2300  
E-mail: antonio.salles@aes.com

Para o Agente Fiduciário:

**Oliveira Trust DTVM S.A.**

Av. das Américas 500, Bl. 13, Grupo 205  
Barra da Tijuca – Rio de Janeiro, RJ 22640-100  
At. Sr. Juarez Dias Costa  
Telefone: (21) 2493-7003  
Fac-símile: (21) 2493-4746/4901  
E-mail: agente@oliveiratrust.com.br

Para o Banco Mandatário



e Escriturador:

**Banco Itaú S.A.**  
Av. Engº Armando de Arruda Pereira, 707, 9º andar  
São Paulo, SP 04344-902  
At. Gabriela Miranda de Oliveira  
Telefone: (11) 5029-1963  
Fac-símile: (11) 5029-1917  
E-mail: gabriela.oliveira@itau.com.br  
At. José Nilson Cordeiro  
Telefone: (11) 5029-1317  
Fac-símile: (11) 5029-1917  
E-mail: jose-nilson.cordeiro@itau.com.br

Para a CETIP:

**CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação**  
Rua Líbero Badaró, 425, 24º andar  
São Paulo, SP 01009-000  
At. Fábio Benites  
Telefone: (11) 3111-1596  
Fac-símile: (11) 3115-1564  
E-mail: fbenites@cetip.com.br

Para a CBLC:

**Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia**  
Rua XV de Novembro, 275  
São Paulo, SP 01013-001  
At. Charles Mann de Toledo  
Telefone: (11) 3233-2720  
Fac-símile: (11) 3233-2051  
E-mail: ctoledo@bovespa.com.br

4.7.3. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo Correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

4.7.4. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada, de imediato, a todas as partes pela Emissora.

#### CLÁUSULA V

##### DA COMPRA OU RESGATE DOS TÍTULOS PELA EMISSORA

##### 5.1. Aquisição Facultativa

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação no mercado, por preço não superior ao seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades

por Ações. As Debêntures adquiridas conforme previsto neste item 5.1. poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora, ou ser colocadas novamente no mercado, sendo que as Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, se e quando colocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração e demais condições das demais Debêntures então em circulação.

## **5.2. Amortização Extraordinária e Pagamento Antecipado da Remuneração**


5.2.1. A Emissora poderá amortizar extraordinariamente as Debêntures em circulação, total ou parcialmente, a partir de 30 de abril de 2008, pelo Valor Nominal Unitário não amortizado, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da última data de pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data de pagamento da amortização das Debêntures, acrescido de prêmio equivalente a: (i) 2,00% (dois por cento) se a amortização for feita entre 30 de abril de 2008 e 30 de abril de 2009 inclusive; (ii) 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) se a amortização for feita entre 30 de abril de 2009 exclusive e 30 de abril de 2010 inclusive; (iii) 1,00% (um por cento) se a amortização for feita entre 30 de abril de 2010 exclusive e 30 de abril de 2011 inclusive; e (iv) 0,50% (cinquenta centésimos por cento) se a amortização for feita entre 30 de abril de 2011 exclusive e 30 de abril de 2012 exclusive. A amortização de que trata este item deverá atingir todas as Debêntures, na mesma proporção.

5.2.2. A Emissora poderá, ainda, utilizar nas Datas de Amortização, qualquer Excesso de Caixa (conforme definido abaixo) para amortizar extraordinariamente as Debêntures em circulação, a qualquer tempo, a partir da Data de Emissão, sem pagamento de qualquer prêmio ou penalidade, pelo Valor Nominal Unitário não amortizado, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da última data de pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data de pagamento da amortização das Debêntures. A amortização de que trata este item deverá atingir as Datas de Amortização vincendas mais próximas.

5.2.2.1. Para fins do item 5.2.2. acima, “Excesso de Caixa” significa a acumulação de quaisquer valores distribuídos pela AES Tietê à Emissora, a título de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra distribuição, que excedam o valor de principal e juros devidos pela Emissora aos Debenturistas nas Datas de Amortização.

5.2.3. A Emissora deverá enviar ao Agente Fiduciário notificação por escrito a respeito da amortização a ser realizada nos termos desta Cláusula 5.2, acompanhada de demonstrativo da origem dos recursos a serem utilizados para a referida amortização, com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

5.2.4. As amortizações objeto desta Cláusula 5.2. serão realizadas mediante publicação de “Aviso aos Debenturistas”, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da data pretendida para sua realização.



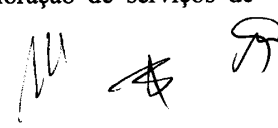
### 5.3. Resgate Antecipado Facultativo

Com exceção ao disposto nos itens 5.2.1. e 5.2.2. acima, não haverá resgate antecipado facultativo das Debêntures.

## CLÁUSULA VI VENCIMENTO ANTECIPADO

6.1. Observados os itens 6.1.1, 6.1.2., 6.2 e 6.3. abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo devedor do Valor Nominal unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, e demais encargos, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos:

- (a) requerimento de recuperação judicial e extrajudicial, pedido de concordata preventiva ou falência formulado pela Emissora;
- (b) extinção, liquidação, dissolução ou decretação de falência da Emissora;
- (c) recuperação judicial e extrajudicial, concordata, falência, dissolução, ou reestruturação de dívida por parte da AES Tietê que implique (i) a redução da classificação de risco atribuída à presente Emissão ou (ii) o descumprimento de qualquer *ratio* financeiro da AES Tietê ou de obrigações da Emissora nos termos desta Escritura;
- (d) falta de cumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária relacionada às Debêntures;
- (e) alteração de controle acionário da AES Tietê que não resulte na AES Corporation ou no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ou em ambos como controladores (direta ou indiretamente) da AES Tietê;
- (f) cisão, fusão, incorporação e/ou qualquer forma de reorganização societária, envolvendo a AES Tietê, ou qualquer de suas controladas e coligadas e/ou seus ativos que implique (i) a redução da classificação de risco atribuída à presente Emissão, (ii) a redução da participação da Emissora no capital social da AES Tietê a um percentual, direto ou indireto, menor que a participação da Emissora no capital social da AES Tietê na Data de Emissão, ou seja, 8,69%; ou (iii) o descumprimento pela Emissora, de suas obrigações previstas no item "I" abaixo.
- (g) extinção ou transferência da concessão para a exploração de serviços de geração de energia pela AES Tietê;



- (h) vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora;
- (i) protesto legítimo de títulos contra a Emissora, cujo valor global ultrapasse R\$1.000.000,00 (um milhão de reais); salvo se (i) no prazo de 5 (cinco) dias úteis a Emissora tiver comprovado que o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro, (ii) for cancelado, ou, ainda, (iii) tiver a sua exigibilidade suspensa por sentença judicial;
- (j) falta de cumprimento pela Emissora de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura, não sanado em 30 (trinta) dias, contados da data em que for recebido aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico;
- (k) decisão judicial transitada em julgado ou arbitral definitiva, de natureza condenatória, contra a Emissora, cujo valor total ultrapasse R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), desde que a Emissora não comprove o pagamento ao Agente Fiduciário no prazo de 10 (dez) dias úteis a partir do referido pagamento, do referido valor total, nos prazos e termos estabelecidos em referida decisão judicial transitada em julgado ou decisão arbitral definitiva;
- (l) não-manutenção, até o Vencimento das Debêntures, dos seguintes índices financeiros apurados trimestralmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da AES Tietê, feita a anualização, quando aplicável, mediante a soma do trimestre em questão com os três trimestres imediatamente anteriores:
- (i) O índice obtido da divisão da Dívida Financeira Líquida pelo EBITDA (conforme definidos abaixo) não deverá ser superior a 2.

Onde:

“Dívida Financeira Líquida” significa (i) o somatório de (a) todas as obrigações da AES Tietê por fundos tomados em empréstimo ou em relação a depósitos ou adiantamento de qualquer tipo, (b) todas as obrigações da AES Tietê evidenciadas por títulos, debêntures, notas, contratos derivativos, ou instrumentos similares; (c) todas as dívidas de terceiros garantidas por (ou em relação a qual o titular da dívida tenha um direito, seja condicional ou não, de ser garantido) qualquer ônus sobre bens detidos ou adquiridos pela AES Tietê, tenha ou não a dívida garantida sido assumida; (d) todas as obrigações relativas a arrendamentos mercantis da AES Tietê; (e) todas as obrigações, condicionais ou não, da AES Tietê na qualidade de parte de cartas de crédito, cartas de garantia e/ou avais; e (f) todas as obrigações, condicionais ou não, da AES Tietê em relação a aceites bancários;





(ii) subtraídas todas as Disponibilidades de Caixa, conforme definido abaixo;

“EBITDA” significa para qualquer período, o resultado operacional<sup>1</sup> da AES Tietê e suas subsidiárias; (i) acrescido de todos os valores atribuíveis a (sem duplicidade): (a) depreciação e amortização; (b) despesas financeiras<sup>2</sup>, (ii) deduzidos todos os valores atribuíveis à (sem duplicidade): (a) receitas financeiras;

Onde:

“Disponibilidades de Caixa” significa o somatório dos saldos em caixa e aplicações financeiras de curto prazo da AES Tietê, tais como CDB’s, RDB’s, letras hipotecárias, fundos de investimento e outros;

- (ii) O índice obtido da divisão entre EBITDA (conforme definido acima) pelas Despesas Financeiras Líquidas (conforme definido abaixo) não deverá ser inferior a 2,50.

Onde:

“Despesas Financeiras Líquidas” significa despesas financeiras<sup>3</sup> – receitas financeiras<sup>4</sup> (conforme definido abaixo).

- (iii) O índice obtido da divisão entre Dívida de Curto Prazo (conforme definido abaixo) pelo EBITDA (conforme definido acima) não deverá ser superior a 0,50.

Onde:

“Dívida de Curto Prazo” significa (a) todas as obrigações da AES Tietê por fundos tomados em empréstimo ou em relação a depósitos ou adiantamento de qualquer tipo, (b) todas as obrigações da AES Tietê evidenciadas por títulos, debêntures, notas, contratos derivativos, ou instrumentos similares; (c) todas as dívidas de terceiros garantidas por (ou em relação a qual o titular da dívida tenha um direito, seja condicional ou não, de ser garantido) qualquer

<sup>1</sup> Conforme apresentado na demonstração do resultado consolidado da AES Tietê divulgada na CVM e linha correspondente, tendo como base a classificação das linhas apresentadas no balanço auditado divulgado na CVM data base 31/12/2004.

<sup>2</sup> Conforme apresentado na demonstração do resultado consolidado da AES Tietê divulgada na CVM e linha correspondente, tendo como base a classificação das linhas apresentadas no balanço auditado divulgado na CVM data base 31/12/2004.

<sup>3</sup> Conforme apresentado na demonstração do resultado consolidado da AES Tietê divulgada na CVM e linha correspondente, tendo como base a classificação das linhas apresentadas no balanço auditado divulgado na CVM data base 31/12/2004.

<sup>4</sup> Conforme apresentado na demonstração do resultado consolidado da AES Tietê divulgada na CVM e linha correspondente, tendo como base a classificação das linhas apresentadas no balanço auditado divulgado na CVM data base 31/12/2004.

ônus sobre bens detidos ou adquiridos pela AES Tietê, tenha ou não a dívida garantida sido assumida; (d) todas as obrigações relativas a arrendamentos mercantis da AES Tietê; (e) todas as obrigações, condicionais ou não, da AES Tietê na qualidade de parte de cartas de crédito, cartas de garantia e/ou avais; e (f) todas as obrigações, condicionais ou não, da AES Tietê em relação a aceites bancários, em todos os casos, com prazo de vencimento igual ou inferior a 360 (trezentos e sessenta) dias ou 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis

- (m) redução do capital social da Emissora;
- (n) redução do capital social da AES Tietê, salvo se os recursos oriundos da referida redução de capital recebidos pela Emissora forem integralmente utilizados para amortização das Debêntures nos termos da Cláusula 5.2. acima;
- (o) alteração ou modificação do objeto social da Emissora e/ou da AES Tietê;
- (p) comprovação de inveracidade ou incorreção de qualquer declaração feita pela Emissora nesta Escritura que afete de forma adversa e relevante as Debêntures;
- (q) o descumprimento das obrigações previstas nos itens 7.1.24, 7.1.26 e 7.1.27 abaixo; e
- (r) o descumprimento da obrigação prevista no item 7.1.25 abaixo.

6.1.1. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nos subitens (a) a (d), (g) e (q) acima acarretará o vencimento antecipado das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas, observado o parágrafo único do artigo 13 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983 (“Instrução CVM 28”) e o disposto no item 8.4.1 abaixo.

6.1.2. Quando da ocorrência dos demais eventos indicados na cláusula 6.1. acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de, no máximo 5 (cinco) dias úteis da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula IX abaixo e o quorum específico estabelecido no item 6.2. abaixo.

6.2. A Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere o item 6.1.2. anterior somente poderá determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures por deliberação de titulares detentores de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação.

6.3. Não se realizando a Assembleia Geral de Debenturistas conforme disposto no item 6.2. supra, não havendo (i) sua convocação, (ii) deliberação na data originalmente estabelecida



para sua realização, salvo se a Assembleia deliberar pela suspensão dos trabalhos e remarcar nova data para continuação da Assembleia, ou (iii) quorum, em qualquer caso decorrente de ato ou fato não imputável ao Agente Fiduciário, este deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* a partir da Data de Emissão ou da última data de pagamento da Remuneração até a data do efetivo pagamento, e demais encargos.

## CLÁUSULA VII OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

7.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:

7.1.1. Fornecer ao Agente Fiduciário:

- (a) dentro de no máximo 105 (cento e cinco) dias após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social e dentro de no máximo 60 (sessenta) dias após o término de cada trimestre social, cópia de suas demonstrações financeiras relativas ao respectivo trimestre social, ambas acompanhadas de parecer dos auditores independentes, explicitando as rubricas necessárias à verificação da ocorrência do disposto na alínea “I” do item 6.1 da Cláusula VI desta Escritura, acompanhadas de relatório demonstrando a apuração do referido índice financeiro, bem como (i) cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora, ou à sua administração e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou às contas da Emissora, e (ii) Declaração do Diretor de Relações com Investidores atestando o cumprimento das obrigações dispostas nesta Escritura, com base nas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social e as demonstrações financeiras relativas ao respectivo trimestre social publicadas pelas AES Tietê S.A, dentro de no máximo 60 dias após a divulgação dos mesmos;
- (b) os avisos aos Debenturistas, fatos relevantes e atas de assembleias que de alguma forma envolvam os interesses dos Debenturistas, na mesma data em que forem publicados;
- (c) imediatamente, qualquer informação relevante para a Emissão que lhe venha a ser solicitada;
- (d) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora relativa às Debêntures ou a esta Escritura, imediatamente após o seu recebimento;

- (e) os comprovantes de cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas no prazo de até 5 (cinco) dias contados da respectiva data de vencimento; e
- (f) informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados no item 6.1. acima, 5 (cinco) dias úteis após a sua ocorrência. Essas informações deverão vir acompanhadas de um relatório da Emissora contendo a descrição da ocorrência e das medidas que a Emissora pretende tomar com relação a tal ocorrência. Caso essas informações decorram de evento, ato ou fato que enseje a publicação de fato relevante pela Emissora, nos termos da Instrução CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002 (a “Instrução 358/02”), a divulgação de tal evento, ato ou fato ao Agente Fiduciário deverá ocorrer concomitantemente à sua divulgação ao mercado, nos termos da referida Instrução 358/02, observado o prazo máximo aqui previsto.

7.1.2. Proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais.

7.1.3. Manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e permitir que representantes do Agente Fiduciário (ou de auditor independente por este contratado, a expensas da Emissora) tenham acesso irrestrito aos livros e demais registros contábeis da Emissora.

7.1.4. Convocar, nos termos do item 9.1. desta Escritura, Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão caso o Agente Fiduciário não o faça.

7.1.5. Cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas por aquela autarquia.

7.1.6. Submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente registrada junto à CVM.

7.1.7. Manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta junto à CVM, nos termos da regulamentação aplicável.

7.1.8. Manter em adequado funcionamento serviço de atendimento aos Debenturistas, para assegurar-lhes tratamento eficiente, ou contratar instituição autorizada a prestar este serviço.

7.1.9. Notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições (financeiras ou outras) ou nos negócios da Emissora que (i) possa impossibilitar ou dificultar, de forma relevante, o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura e das Debêntures ou (ii) faça com que as informações financeiras fornecidas pela Emissora à CVM não mais reflitam a real condição financeira da Emissora;



7.1.10. Não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor.

7.1.11. Não praticar qualquer ato em desacordo com seu Estatuto Social e esta Escritura, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora perante a comunhão de Debenturistas;

7.1.12. Sem prejuízo do item 7.1.1. (f) acima, notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a ocorrência do evento.

7.1.13. Manter válidas e regulares as licenças, concessões ou aprovações necessárias, inclusive ambientais, ao regular funcionamento da Emissora e da AES Tietê, exceto no que se referir a licenças, concessões ou aprovações cuja perda, revogação ou cancelamento não resultem em impacto adverso relevante para as atividades da Emissora ou da AES Tietê, ou para a capacidade da Emissora em honrar as obrigações relativas às Debêntures.

7.1.14. Exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo questionados pela Emissora na esfera judicial ou administrativa, manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal.

7.1.15. Enquanto as Debêntures estiverem em circulação, não efetuar qualquer alteração substancial na natureza de seus negócios, conforme conduzidos nesta data, e não efetuar qualquer alteração substancial na forma legal de seus negócios, conforme existam nesta data, exceto quando e se exigido pela legislação em vigor ou pelas regulamentações emitidas pelo Poder Concedente ou pelo Estado de São Paulo.

7.1.16. Contratar e manter contratada, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, agência de *rating* que divulgue relatórios, com periodicidade pelo menos anual, com a súmula da classificação de risco das Debêntures.

7.1.17. Fazer com que a respectiva agência de classificação de risco mantenha avaliação atualizada da presente oferta pública durante o prazo de vigência das Debêntures, fornecendo ao Agente Fiduciário cópia das reavaliações anuais de *rating* em até 5 (cinco) dias úteis após sua divulgação.

7.1.18. Aplicar os recursos obtidos por meio da Emissão das Debêntures estritamente conforme descrito no item 3.8. acima.

7.1.19. Cumprir, em todos os aspectos materiais, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos.

7.1.20. Manter as ações objeto da Garantia Real, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus e gravames enquanto não liquidado o valor total das obrigações decorrentes desta Escritura.

Handwritten signatures and initials in black ink, including a stylized 'M', a signature that appears to be 'A', and another signature that appears to be 'R'.

7.1.21. Submeter para aprovação dos Debenturistas, os termos de condições de quaisquer novas captações de recursos a serem realizadas pela Emissora, cujos recursos não sejam utilizados para liquidar antecipadamente as Debêntures.

7.1.22. Limitar suas despesas operacionais anuais ao valor de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), atualizadas de acordo com a variação do IGP-M, ou, na sua falta, pelo índice que vier a substituí-lo, até a liquidação total das Debêntures.

7.1.23. Transferir, automaticamente, nos termos da Cláusula 4.6.4 (a) acima, os recursos obtidos por meio desta Emissão para conta de controle exclusivo do agente fiduciário da 1ª Emissão de Debêntures, para que este realize o pagamento das debêntures da referida emissão.

7.1.24. Não contratar e/ou conceder quaisquer empréstimos, dívidas ou obrigações, salvo se tais contratações forem realizadas com a finalidade de efetuar o resgate total das Debêntures da presente Emissão.

7.1.25. Subscrever qualquer aumento de capital da AES Tietê a fim de preservar o percentual de participação de no mínimo 8,69% no capital social da AES Tietê.

7.1.26. Não transferir ou de qualquer outra forma ceder ou prometer a ceder a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu nesta Escritura, sem a prévia anuência do Agente Fiduciário, como representante dos debenturistas.

7.1.27. Celebrar com o Agente Fiduciário o aditamento à presente Escritura, de forma a refletir a alteração da espécie das Debêntures de subordinadas para com garantia real, conforme previsto no item 4.6. acima.

## **CLÁUSULA VIII**

### **AGENTE FIDUCIÁRIO**

#### **8.1. Nomeação**

A Emissora constitui e nomeia o Agente Fiduciário da Emissão objeto desta Escritura, Oliveira Trust DTVM S.A., qualificado no preâmbulo desta Escritura, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar a comunhão dos Debenturistas.

#### **8.2. Substituição**

8.2.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembléia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das

Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a convocação, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto no item 8.2.6. abaixo.

8.2.2. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

8.2.3. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembléia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

8.2.4. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, que deverá ser arquivado na JUCESP.

8.2.5. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a data de vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

8.2.6. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembléia Geral de Debenturistas.

8.2.7. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito, baixados por ato da CVM.

### **8.3. Deveres**

Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM e nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:




- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios;

Handwritten signatures and initials in the bottom right corner of the page.

- (b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e seus respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (i) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de relatório que fundamente a necessidade de realização da referida auditoria;
- (j) examinar a alteração do estatuto da Emissora que objetive mudar o objeto da Emissora, cumprindo-lhe ou convocar a Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar acerca de matéria, ou aprovar, nos termos do § 2º, artigo 57, da Lei das Sociedades por Ações, a alteração proposta;
- (k) convocar, quando necessário, a Assembléia Geral de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos termos do item 9.1.2., nos órgãos de imprensa referidos no item 4.7.1., respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura;
- (l) comparecer à Assembléia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;





- (m) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b) da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
- m.1) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
  - m.2) alterações estatutárias ocorridas no período;
  - m.3) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
  - m.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - m.5) resgate, amortização e pagamento de juros das Debêntures realizado no período, conforme aplicável, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
  - m.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
  - m.7) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora neste instrumento, inclusive quanto à manutenção dos índices financeiros previstos no item 6.1. (I);
  - m.8) relação dos bens e valores entregues à sua administração; e
  - m.9) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário.
- (n) disponibilizar o relatório de que trata a alínea “I” aos Debenturistas no prazo máximo de 04 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- n.1) na sede da Emissora;
  - n.2) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;
  - n.3) na CVM;
  - n.4) na Bovespa, na CBLC e na CETIP; e
- 
- 
- 

n.5) na sede da instituição intermediária líder responsável pela colocação das Debêntures.

- (o) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos da imprensa referidos no item 4.7.1., anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea “n”;
- (p) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Mandatário, ANDIMA, à CBLC e à CETIP;
- (q) administrar os recursos oriundos da emissão de Debêntures na ocorrência da hipótese prevista no parágrafo 2º, artigo 60, da Lei das Sociedades por Ações;
- (r) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
- (s) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados mais esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada: à CVM, às Bolsas de Valores, à CBLC e/ou à CETIP, quando e se for o caso;
- (t) verificar a regularidade e exeqüibilidade da constituição da Garantia Real, nos termos da alínea “a”, § 1º, do artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 12 da Instrução CVM 28, bem como encaminhar quadro demonstrativo do enquadramento ao limite previsto no referido dispositivo da Lei das Sociedades por Ações; e
- (u) verificar trimestralmente, quando do recebimento das informações dispostas no item 7.1.1.(a), o atendimento dos índices financeiros previstos no item 6.1.(l) e informar imediatamente os Debenturistas de qualquer descumprimento dos referidos índices financeiros.

#### **8.4. Atribuições Específicas**

8.4.1. O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;



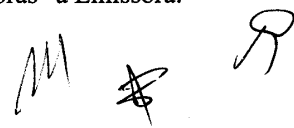
- (b) se aplicável, executar a Garantia Real, até o montante necessário à satisfação das Obrigações Garantidas, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos Debenturistas;
- (c) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- (d) requerer a falência da Emissora;
- (e) representar os Debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora ou em processo similar aplicável à Emissora;
- (f) celebrar com a Emissora o aditamento à presente Escritura, conforme previsto no item 4.6. acima.

8.4.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (d) do item 8.4.1. se, convocada a Assembléia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea (e) do referido item 8.4.1.

## **8.5. Remuneração**

8.5.1. Será devido ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

- (a) parcelas trimestrais de R\$ 5.250,00 (cinco mil duzentos e cinquenta reais) devidas a primeira na data da assinatura desta Escritura, sendo que a primeira parcela trimestral será no valor de R\$ 3.150,00 (três mil cento e cinquenta reais), devido ao desconto da parcela única prevista no item "b" abaixo;
- (b) parcela única de R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais), a título de implantação desta Emissão, a ser paga em 20 de julho de 2005, observado o disposto no item "a" acima;
- (c) para implementação das decisões tomadas em reunião formal ou Assembléia Geral de Debenturistas, se houver, será devida uma remuneração adicional equivalente a R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) por hora-homem de trabalho dedicado à tais atividades, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora.



- (d) os valores previstos acima serão devidos mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;
- (e) as parcelas referidas acima serão atualizadas de acordo com a variação do IGP-M, ou, na sua falta, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir de 1º de julho de 2005, até as datas de pagamento de cada parcela, calculada *pro rata temporis* se necessário;
- (f) a Emissora deverá arcar com todos os custos decorrentes de quaisquer impostos que venham a incidir sobre sua remuneração, inclusive, mas não se limitando, ao IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte), ISS (Imposto sobre serviços de qualquer natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) e CSLL (Contribuição Social sobre Lucro Líquido), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento;
- (g) a remuneração cobre os serviços a serem prestados pela equipe técnica do Agente Fiduciário, bem como a participação do Agente Fiduciário em assembléias e/ou reuniões de debenturistas ressaltando a possibilidade dos referidos eventos serem realizados na sede do Agente Fiduciário; e
- (h) a remuneração não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso, após prévia aprovação, quais sejam: publicações em geral (exemplos: de edital de convocação de Assembléia Geral de Debenturistas, da própria Assembléia Geral de Debenturistas, de anúncio comunicando que o relatório anual do Agente Fiduciário se encontra à disposição); notificações; extração de certidões; viagens e estadias; despesas com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal ao Agente Fiduciário.

8.5.2. Não estão incluídas na remuneração do Agente Fiduciário despesas com especialistas, caso sejam necessárias, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à Emissora.

## **8.6. Despesas**

8.6.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis em que ele tenha comprovadamente incorrido, para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, ou para realizar seus créditos.

8.6.2. O ressarcimento, a que se refere o item 8.6.1, será efetuado em até 10 (dez) Dias Úteis contados da entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos dos titulares das Debêntures.



8.6.3. Em caso de inadimplência da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em Ici, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

8.6.4. As despesas a que se refere este item compreenderão, inclusive, as seguintes:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões;
- (c) locomoções entre Estados da Federação, e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções, respeitando o limite acordado com a Emissora; e
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

8.6.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha incorrido para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenham sido saldados na forma do item 8.6.2. acima, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

8.6.6. Se qualquer quantia devida aos Debenturistas em virtude desta Escritura for paga por meio de ação judicial ou sua cobrança for feita através de advogados, a Emissora deverá pagar, em complemento a todos os valores devidos previstos nesta Escritura e relativos às Debêntures, honorários advocatícios e outras despesas e custas incorridas devido a tal cobrança.



**CLÁUSULA IX**  
**ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS**

À Assembléia Geral de Debenturistas aplicar-se-á ao disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

**9.1. Convocação**

9.1.1. A Assembléia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

9.1.2. A Assembléia de Debenturistas deverá ser realizada no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da primeira convocação, e no prazo máximo de 8 (oito) dias contados da segunda convocação.

9.1.3. Independentemente das formalidades previstas na Lei e nesta Escritura, será considerada regular a Assembléia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em circulação.

9.1.4. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em circulação, independentemente de terem comparecido à Assembléia ou do voto proferido na respectiva Assembléia Geral de Debenturistas.

**9.2. Quorum de Instalação**

9.2.1. A assembléia se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

9.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quoruns de instalação e/ou deliberação da Assembléia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura, considera-se “Debêntures em circulação” todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora; as de titularidade de (i) empresas controladas pela Emissora (diretas ou indiretas); (ii) controladoras (ou grupo de controle) da Emissora; e (iii) administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

**9.3. Mesa Diretora**

A presidência da Assembléia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

**9.4. Quorum de Deliberação**



9.4.1. Nas deliberações da Assembléia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Observado o disposto neste item, as alterações nas características e condições das Debêntures e da Emissão deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, no mínimo, a maioria das Debêntures em circulação, observado que alterações (i) na Remuneração, garantias, Prazos de Vencimento ou Amortização das Debêntures; ou (ii) nos dispositivos sobre quorum previstos nesta Escritura, deverão contar com aprovação de Debenturistas representando 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação. Adicionalmente, alterações nas cláusulas de Vencimento Antecipado deverão contar com aprovação de Debenturistas representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação

9.4.2. Sem prejuízo dos quoruns previstos acima, na hipótese de ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias corridos consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou no caso de extinção ou impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI, o quorum necessário para definir ou ratificar, conforme o caso, a nova Remuneração aplicável às Debêntures deverá ser composto por Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação.

#### **CLÁUSULA X DECLARAÇÕES**

10.1. O Agente Fiduciário dos Debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara, sob as penas da lei:

- (a) não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM 28 ou, em caso de alteração, a que a vier substituí-las, para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (c) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (d) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (e) estar ciente da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil, e suas atualizações;
- (f) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura, e a cumprir com suas obrigações previstas em referidos instrumentos, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (g) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;



- (h) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (i) que esta Escritura constitui obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (j) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (k) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura; e
- (l) que verificou que a Garantia Real será regular, suficiente e exequível após a liberação do gravame mencionado no item 4.6 acima, conforme resta demonstrado no quadro abaixo:

Volume de Emissão das Debêntures	R\$ 190.000.000,00
Quantidade de Ações PN dadas em garantia	8.279.468.862 ações PN
Valor do Patrimônio Líquido da AES Tietê em 31.03.2005	R\$ 555.547.667,57
Valor Patrimonial por mil Ações da AES Tietê em 31.03.2005	R\$ 5,83
Valor de Mercado da Garantia em 30.04.2005*	R\$ 343.432.368,40
Valor de Garantia sobre o Volume de Emissão (mínimo de 125%)	180,8 %

\* Considerando o aumento de capital ocorrido na AES Tietê S.A, concluído em 12 de abril de 2005.

10.2 A Emissora declara ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras;
- (b) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastante para tanto;
- (c) todas as autorizações societárias necessárias à celebração desta Escritura e ao cumprimento de todas as obrigações assumidas nesta Escritura foram obtidas e encontram-se válidas, eficazes e em pleno vigor;
- (d) os termos desta Escritura não contrariam: (i) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora seja parte ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados; (ii) qualquer lei, decreto, regulamento a que a Emissora, ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial que afete a Emissora, ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (e) esta Escritura constitui obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (f) as Demonstrações Financeiras consolidadas da Emissora anexadas ao Prospecto, datadas de 31 de dezembro de 2002, 2003 e 2004, representam corretamente a posição financeira da Emissora naquelas datas e foram



devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

- (g) a Emissora está cumprindo, em todos os aspectos relevantes, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- (h) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias (inclusive perante os órgão estaduais e federais competentes) à celebração desta Escritura, à Emissão das Debêntures e ao cumprimento com suas obrigações previstas nesta Escritura, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (i) os prospectos preliminar e definitivo da Oferta (em conjunto doravante denominados “Prospecto”) conterão, na data de início da distribuição das Debêntures, todas as informações atualizadas relevantes em relação à Emissora no contexto da presente Emissão e necessárias e suficientes para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, sendo que as informações, fatos e declarações contidas no Prospecto em relação à Emissora são verdadeiras, consistentes, corretas e completas;
- (j) todas as informações com relação a AES Tietê contidas no Prospecto são verdadeiras, consistentes, corretas e completas;
- (k) as opiniões, análises e previsões (se houver) expressas no Prospecto em relação à Emissora são dadas de boa-fé, sendo expressas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;
- (l) não há fatos relativos à Emissora e à AES Tietê ou relativos às Debêntures, que sejam do seu conhecimento, não divulgados no Prospecto cuja omissão, no contexto desta Emissão, faça com que alguma declaração ou informação relevante dos Prospectos seja enganosa, incorreta ou inverídica;
- (m) a celebração desta Escritura, a Emissão e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial, contrato ou instrumento relevante do qual a Emissora seja parte, nem irá resultar em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora; ou (iii) a rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (n) exceto pelas contingências informadas no Prospecto, não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de



investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora em suas condições financeiras ou outras, ou em suas atividades; e

- (o) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares.

10.2.1. A Emissora obriga-se de forma irrevogável e irretratável a indenizar os Debenturistas, o Agente Fiduciário e as instituições intermediárias desta Emissão, bem como seus respectivos diretores, empregados e consultores por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos pelos Debenturistas, pelo Agente Fiduciário e pelas instituições intermediárias da Emissão, seus respectivos diretores, empregados e consultores, em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos desta Cláusula.

10.2.2. Sem prejuízo do disposto no item 10.2.1 acima, a Emissora compromete-se a notificar imediatamente aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornarem-se inverídicas, incompletas ou incorretas.

10.2.3. Exceto com relação ao penhor criado no âmbito da 1ª Emissão de Debêntures e, sujeito ao disposto na Cláusula 4.6.2. acima, a Emissora declara, neste ato, que as Ações Alienadas encontram-se livres e desembaraçadas de quaisquer ônus e/ou gravames, podendo ser entregues e alienadas fiduciariamente, empenhadas ou vendidas, judicial ou extrajudicialmente, não havendo no Estatuto Social da Emissora, ou em eventuais acordos de seus acionistas ou quaisquer outros documentos que seja parte, qualquer restrição à alienação fiduciária, penhor ou venda das Ações Alienadas.

## **CLÁUSULA XI**

### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

#### **11.1. Renúncia**

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

#### **11.2. Correção de Valores**

Para fins de verificação do cumprimento das obrigações constantes desta Escritura, todos os valores de referência nela constantes deverão ser corrigidos pelo Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, a partir da data de assinatura



desta Escritura. Essa disposição não se aplica à Cláusula 4.2., a qual será regida por seus termos específicos.

### **11.3. Custos de Registro**

Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados à esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

### **11.4. Comunicações**

As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os endereços indicados no item 4.7. acima.

### **11.5. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica**

Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.

### **11.6. Lei Aplicável**

Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

### **11.7. Foro**


Fica eleito o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.


Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.



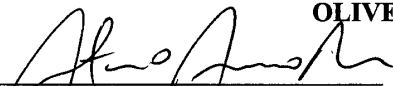
São Paulo, 12 de julho de 2005

**ENERGIA PAULISTA PARTICIPAÇÕES S.A.**


  
Nome: Eduardo José Bernini  
Cargo: Diretor Presidente

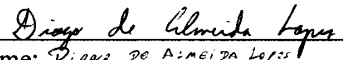
  
Nome: Vito Joseph Mandilovich  
Cargo: Procurador

**OLIVEIRA TRUST DTVM S.A.**

  
Nome: Antonio Amaro R. de O. e Silva  
Cargo: Advogado

**Testemunhas:**

  
Nome: JULIANA REZENDE ZANAJA DE ZAGOTTIS  
CPF: 847.317.106-34

  
Nome: Diogo de Almeida Lopes  
CPF: 334.408.748-06

